

ATA DA 9.^a REUNIÃO DO CONSELHO DAS ESCOLAS

15 de março de 2019

Aos quinze dias do mês de março de dois mil e dezanove, nos termos do n.º 2 do art.º 12.º do Decreto-Regulamentar n.º 5/2013, de 29 de agosto, reuniu, em sessão ordinária, pelas catorze horas e trinta minutos, o Plenário do Conselho das Escolas, no Centro de Caparide em S. Domingos de Rana, sob a presidência de José Eduardo Lemos, a fim de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos, conforme convocatória de vinte sete de fevereiro: _____

Ponto um – Discussão e aprovação da ata da reunião de 15 de novembro de 2018. _____

Ponto dois - Discussão e aprovação da ata da reunião de 22 de novembro de 2018. _____

Ponto três – Desenvolvimento do ano letivo. _____

Ponto quatro – Assuntos diversos. _____

Estiveram presentes os conselheiros Amílcar Francisco Albuquerque dos Santos, Ana Cláudia Cohen G. B. Caseiro G. Domingos, Anabela Henriques de Matos Soares, António Manuel M. Castel-Branco Ribeiro, António Ventura dos Santos Pinto, Carlos Jorge Pires Percheiro, Fátima do Céu Carola Moreira Pinto, Fernando Filipe de Almeida, Fernando Paulo Mateus Elias, Francisco Manuel Cortez B. La Féria e Oliveira, Idalécio Lourenço dos Santos Nicolau, João Alberto Chaves Caiado Rodrigues, João Manuel Ascensão Belém, Joaquim Tomaz, José Alfredo Rodrigues Mendes, José António de Sousa, José Eduardo Lemos de Sousa, José Manuel Batista Carreira, Lucinda Maria Mendes Ferreira, Luís Henrique Cardoso Fernandes, Margarida Ana Valente Fonseca, Maria Celeste Gonçalves Simões de Sousa, Maria José L. Albuquerque Passos Ascensão, Maria Júlia Ferreira Gradeço, Maria Manuela Vieira Machado e Rosalina de Jesus Rodrigues Pinheiro, num total de vinte e seis. Faltou à reunião o conselheiro Jorge Manuel de Sousa do Nascimento. _____

Ponto um – Discussão e aprovação da ata da reunião de 15 de novembro de 2018. _____

Após apreciação e aprovação unânime de pequenas correções e alterações à proposta de ata, previamente enviada a todos os conselheiros, a mesma foi posta à votação tendo sido aprovada pela unanimidade dos conselheiros presentes na reunião a que a mesma respeita.

Ponto dois - Discussão e aprovação da ata da reunião de 22 de novembro de 2018. _____

Depois de discutida a proposta de ata da reunião, previamente enviada a todos os conselheiros, a mesma foi posta à votação tendo sido aprovada por unanimidade pelos elementos presentes na reunião anterior. _____

Ponto três- Desenvolvimento do ano letivo. _____

Antes de dar a palavra aos conselheiros, o Presidente propôs ao Plenário que os assuntos a abordar neste ponto da Ordem de Trabalhos reunião fossem aqueles que têm, presentemente, maior relevância no panorama educativo atual. Sugeriu que, entre outros possíveis, se

abordasse a falta de assistentes operacionais e técnicos; os contratos de autonomia e o relatório do Tribunal de Contas recentemente publicado e a avaliação externa das escolas. ____ De seguida, o Presidente deu a palavra ao Plenário, registando-se as intervenções de vários conselheiros.

O conselheiro Amílcar Santos começou por dizer que, na sua opinião, achou muito bem o Sr. Presidente ter sugerido estes três assuntos para se discutir neste ponto da ordem do dia. Referiu que, se existe algo que hoje em dia coloca os Diretores, cada vez mais, em situação semelhante à de amanuenses, é a forma abusiva como são tratados pela administração educativa. Vários são os fatores que o comprovam: os pedidos da Direção-Geral de Administração Escolar (DGAE) de determinada informação a tempo e a contratempo, muitas vezes aparentemente sem utilidade; a aplicação da Portaria n.º 119/2018, de 4 de maio e do Decreto-Lei n.º 36/2019, de 15 de março, que irão complexificar o dia-a-dia das escolas. Acrescentou, ainda, que o descontentamento dos docentes, motivado pelas ultrapassagens, irá causar conflitos no contexto escolar, no clima de escola, na prestação e motivação dos profissionais, com reflexos pedagógicos. Em termos administrativos, o preenchimento constante de plataformas constitui um obstáculo na ação e no papel do Diretor. Por último, o conselheiro Amílcar Santos referiu-se aos assistentes técnicos, alertando para a necessidade de formação destes profissionais e para a falta dos mesmos em muitas escolas do país. Com o reforço criado pelo Ministério da Educação (ME) para a contratação de novos assistentes operacionais e técnicos, teme este conselheiro que o resultado venha a ser nulo, uma vez que os assistentes já colocados nas escolas irão, eles mesmos, com vínculo precário, candidatar-se ao concurso por tempo indeterminado, não resultando, desta forma, ganho algum para as escolas em número de trabalhadores.

Tomou a palavra o conselheiro Francisco La Féria para reforçar a ideia de que é necessária formação adequada para os assistentes técnicos, referiu que as escolas já se encontram no segundo ano de implementação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e que muitas dúvidas ainda persistem. Outro assunto que preocupa as escolas é a anunciada generalização da implementação do E360 em todas as escolas até ao nono ano. O apoio dado à parte técnica das escolas é sempre muito deficiente e as escolas acabam por se socorrer dos professores de informática, como se estes fossem técnicos especializados de informática. Acrescentou, ainda, que o Ministério deve dotar as escolas com capacidade para contratar apoio técnico.

A conselheira Anabela Soares partilhou a preocupação da necessidade de autorização dos pais e encarregados de educação para os seus educandos saírem da escola, em atividades escolares. Deu o exemplo de, nas aulas de educação física, que são dadas em pavilhões fora da escola, a saída dos alunos carecer de autorização dos pais e encarregados de educação que, não a concedendo, poderão inviabilizar a aula dos restantes alunos. O Presidente defendeu que nada na lei impede que uma aula possa ser lecionada fora das instalações escolares, assim como não conhece disposição legal que exija que a escola peça autorização aos encarregados de educação para que determinada aula seja lecionada em local que não a sala de aula habitual.

Outro assunto apresentado pela conselheira Anabela Soares diz respeito à requalificação das escolas, salientando que é importante saber que tipo de intervenção irá ser aplicada nas escolas. Apresentou ainda a preocupação com as verbas da formação em contexto de trabalho (FCT) dos alunos dos cursos profissionais que, não tendo rubrica própria e não podendo o orçamento da escola suportar, causa as maiores apreensões para o futuro. Evidenciou também a necessidade de se debater a avaliação externa das escolas, uma vez que existem escolas em que o Diretor assumiu funções em julho de 2018 e já estão a ser submetidas à avaliação externa. Por último, a conselheira mostrou a sua preocupação relativamente ao crédito horário, questionando se uma escola com sucesso escolar deve estar refém do artigo 79.º do Estatuto da Carreira Docente (ECD). As escolas com muitas horas ao abrigo do referido artigo ficam condicionadas na distribuição de serviço docente, uma vez que têm menos crédito letivo. A escola tem que fazer uma gestão das horas tendo em conta o perfil dos docentes, as



várias equipas existentes, tais como a da flexibilidade curricular ou a equipa multidisciplinar, não existindo horas de crédito para o exercício das suas funções. _____

A este respeito, o Conselheiro João Caiado acrescentou que um coordenador de estabelecimento com menos de 250 alunos não dispõe de horas para o desempenho das funções. _____

A conselheira Lucinda Ferreira entende que a gestão do crédito deve ser da competência do Diretor. Acrescentou que uma escola com elevado número de docentes com artigo 79.º tem ainda mais horas, apenas tem que as saber gerir. Afirmou, ainda, que sem as horas de redução previstas neste artigo, teria menos trezentas horas de crédito. _____

A conselheira Ana Cohen referiu que as horas que as escolas têm a mais pelo artigo 79.º não servem para colocar os docentes em sala de aula, pelo que condicionam a distribuição de serviço. _____

Vários conselheiros intervieram no mesmo sentido das intervenções anteriores. _____

O conselheiro Fernando Elias iniciou a sua intervenção dizendo que todos os diretores presentes têm um enorme *know-how* sobre gestão das escolas. Cada um dos conselheiros presentes consegue estruturalmente ter a clara perceção das questões de fundo sobre as quais devemos aqui debater. No entanto, salientou que a forma de trabalhar nestas reuniões pode não ser a mais profícua e que, no futuro, quando houver alguma intenção de debater estas questões, os conselheiros deveriam previamente ser alertados nesse sentido para poderem preparar um aporte de conhecimento, sistematizado, priorizado e elencado. O segundo ponto referido pelo conselheiro foi a organização do ano letivo (OAL), uma das questões mais importantes para as escolas. A este respeito, alertou para o facto a ter em conta de que o crédito horário se traduz em dinheiro e dinheiro é investimento, o que exige em qualquer setor definição de prioridades. Em sede própria, cada escola, com muito ou com pouco crédito, tem que fazer as opções que entender serem as mais adequadas. Mediante essa prerrogativa, não parece ser equitativo, muito menos justo, que não haja a possibilidade de tratar as horas da mesma forma. O artigo 79.º, à luz do que a legislação atual consagra, apresenta um fator condicionante no que diz respeito à distinção entre o que é considerado letivo e não letivo. O que é um facto é que, neste último OAL, houve uma restrição na liberdade das escolas utilizarem as horas do artigo 79.º, o que prejudica a gestão equitativa do crédito e contraria a autonomia de escola. Referiu ainda que a progressão da carreira docente e a forma como está a ser tratada tornou-se um problema que provoca alguma conflitualidade nas escolas. _____

O Conselheiro Alfredo Mendes começou por referir que é relevante ter muitos ou poucos professores com artigo 79.º, uma vez que com este artigo temos horas disponíveis em determinados grupos de professores e disciplinas e sem artigo 79.º temos crédito de horas disponível em qualquer grupo disciplinar. O conselheiro constata que, mesmo sem horas de crédito para coordenador de estabelecimento, nunca viu nenhuma escola fechar, pois os Diretores fazem tudo mesmo sem as condições para tal. _____

O conselheiro Carlos Percheiro iniciou a sua intervenção abordando o tema “Seminários de Líderes Pedagógicos”, referindo que, não estando em causa a assunção de que a liderança pedagógica deveria ser feita pelos diretores, o seu desagrado refere-se ao erro que, do seu ponto de vista, cometem os destinatários sobre a realidade daquilo que são as suas funções. Reforçou o facto de os diretores se encontrarem mais preocupados com a gestão dos dinheiros de que não dispõem, com a gestão do pessoal que não possuem e com as dificuldades que daí advêm e como é que se repercutem na vida das nossas escolas e dos nossos estudantes. Este conselheiro salientou, ainda, que todos falam da qualidade da escola pública, mas não são dados os meios nem os recursos para que a escola pública possa ser de qualidade. Basicamente, é através da “carolice” dos Diretores que se ultrapassam os problemas existentes. A proletarização dos professores é incompatível com as soluções de sucesso que são apresentadas noutros países, onde a escola pública é respeitada e os professores têm prestígio. A partir de 2005 o corpo docente em Portugal entrou num processo de proletarização, de forma descarada e isto é um problema com que a sociedade portuguesa



terá de se confrontar. Mencionou ainda a necessidade de atualização dos suplementos remuneratórios dos diretores. No que diz respeito ao reposicionamento dos nove anos de tempo de serviço dos docentes, não se consegue perceber como é que o ME não reconhece o princípio ético da repriminção do tempo de serviço dos professores. Salientou que as consequências não se prendem com um aumento salarial, mas sim com a desmotivação que isto traz para a escola pública.

O conselheiro Fernando Almeida iniciou a sua intervenção referindo que o Decreto-Lei n.º 36/2019, de 15 de março cria regras sobre o modo de recuperação do tempo de serviço dos docentes. De acordo com este diploma, a partir de 1 de janeiro, no momento da progressão ao escalão seguinte, são acrescentados 2 anos, 9 meses e 18 dias ao tempo de serviço de cada docente. O que vai acontecer é que todos os docentes que mudaram de escalão em 2018 e não só os do 9.º escalão, irão ser ultrapassados pelos seus colegas que estejam no mesmo escalão. Isto irá criar um descontentamento enorme nas escolas. A segunda questão apresentada tem a ver com a saída da escola dos alunos para realizarem atividades desportivas ou outras, mesmo que acompanhados pelos professores. Essa saída tem que ser autorizada pelos Encarregados de Educação, segundo orientações da DGEstE. Na região que o conselheiro representa, alguns pais não autorizam a saída dos seus educandos e este facto está a criar alguns constrangimentos. A terceira questão tem a ver com os assistentes operacionais e o problema não está só relacionado com o reduzido número, mas também com a falta de especialização e/ou categorias profissionais. Esta carreira, por se ter tornado indiferenciada, cria problemas nas escolas quando em termos de contratação, por exemplo, se necessita de um cozinheiro ou jardineiro, não se tem conhecimento se a pessoa que se vai selecionar é realmente a que tem o perfil mais adequado. O quarto e último assunto apresentado por este conselheiro diz respeito à transferência de competências das escolas para as autarquias. Alertou para o facto de não estar determinado que as autarquias devem ouvir as escolas e, desta forma, cada autarquia irá agir de acordo com a sensibilidade do autarca. É um processo tratado, todo ele, entre o ME (tutela) e os municípios sem que as escolas envolvidas, principais visadas, sejam ouvidas.

O conselheiro António Castel-Branco voltou ao tema sobre as saídas dos alunos da escola, para acrescentar que, quando se trata de alunos do pré-escolar ou do 1.º ciclo, cada grupo de dez crianças tem de ser acompanhado por um docente, o que, sendo este rácio respeitado, inviabiliza o funcionamento da escola. No que diz respeito aos docentes que se encontravam de baixa por junta médica e que recentemente tiveram alta sem estarem nas condições plenas para o exercício das suas funções, muitas vezes faltam para fazerem exames complementares, o docente substituto perde o lugar e os alunos veem-se privados de aulas a tempo inteiro. Defendeu que as juntas médicas deveriam saber que não existe trabalho moderado na carreira docente.

O conselheiro Francisco La Féria tomou a palavra para alertar sobre o procedimento a adotar caso isto aconteça. Na sua opinião, quando o docente se apresenta na escola após a alta da junta médica da ADSE, mas não se encontra em condições, o Diretor deve solicitar que o docente obtenha, junto do seu médico, uma declaração que consubstancie não ter condições para o exercício das funções. Posteriormente, envia-se essa declaração para a junta médica regional e, até que haja decisão da mesma, o docente fica sem horário e o substituto permanece no seu lugar.

Retomou a palavra o conselheiro António Castel-Branco com o assunto da transferência de competências para os órgãos municipais, salientando que o concelho de Sintra tem contrato de execução desde 2010 e que, com o anterior elenco camarário, funcionou relativamente bem e as verbas atribuídas davam para a manutenção de todas as escolas. Com este novo elenco autárquico as verbas têm vindo a ser reduzidas e ficam muito aquém daquilo que se necessita.

O conselheiro Alfredo Mendes referiu que a realidade no seu concelho, com contrato interadministrativo, não tem sido muito positiva. A autarquia começou por administrar as verbas na totalidade e as entregas às escolas atrasaram-se em cerca de seis meses, razão pela



qual a autarquia devolveu as competências às escolas. No que diz respeito aos planos operacionais regionais de promoção do sucesso escolar, o que aconteceu foi que as autarquias adquiriram material e este circula entre as escolas acompanhado por monitores. _____

A conselheira Júlia Gradeço partilhou a sua experiência e referiu que na sua opinião todas as escolas com contrato interadministrativo estão bem melhor do que estavam antes da realização deste contrato. _____

O presidente Eduardo Lemos tomou a palavra sublinhando que a administração educativa funciona de forma obsessiva, não deixando às escolas qualquer espaço de manobra. Fez uma breve síntese sobre os pareceres deste conselho, quer os relativos à descentralização, quer os relativos ao pessoal não docente. Alertou para a importância de nos centrarmos na necessidade de o Ministério da Educação cumprir os rácios dos assistentes técnicos e operacionais e não na especialização nem nas categorias. Defendeu que a nossa posição deve manter-se em querer ver cumpridos os rácios de assistentes técnicos e assistentes operacionais nas escolas. Salientou ainda que não nos podemos esquecer que o jardim-de-infância tem hoje direito a um assistente operacional, o que não acontecia antes de emitirmos parecer sobre esta matéria. _____

A conselheira Celeste Sousa referiu-se aos contratos de autonomia, dizendo que, após a celebração desses contratos e das metas e objetivos que os mesmos continham, surgiram outros programas, nomeadamente o PNPSE (Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar) que obrigaram as escolas a reorientar todo o seu trabalho e a assumir novos objetivos e indicadores. _____

A conselheira Júlia Gradeço informou que a sua escola foi alvo de auditoria por parte do POCH, que escrutinou as contas sobre a utilização de verbas em vários projetos de promoção do sucesso escolar. Referiu também que a comissão permanente de acompanhamento destes contratos de autonomia, da região centro, não existe e como tal não se realizam reuniões de acompanhamento. _____

A conselheira Lucinda Ferreira deu os parabéns ao presidente pela presente ordem de trabalhos, que dá liberdade aos conselheiros para abordarem várias temáticas que preocupam as escolas. Fez uma breve análise sobre as mudanças ocorridas com a transferência de competências administrativas para as autarquias. Referiu que não devemos valorizar muito o que possa não ter importância, pelo contrário, antes devemos valorizar o que é realmente importante e continuarmos a fazer o melhor que sabemos, como diretores pedagógicos, para continuarmos a ter uma escola pública de qualidade. _____

O conselheiro Fernando Elias referiu que a sua escola tem contrato de autonomia desde 2007 e que avançou para este tipo de contrato pensando que, tal como acontecia nas escolas TEIP, poderia ter uma equipa de acompanhamento para se delinear objetivos e metas para o sucesso, mas isso nunca aconteceu. A DREC, na altura, criou uma estrutura de acompanhamento que se foi diluindo no tempo. Em 2016, a sua escola foi alvo de inspeção e, como todas as escolas, não conseguiu cumprir alguns dos objetivos operacionais, à luz do seu contrato de autonomia e do seu projeto educativo, o que considera perfeitamente normal e faz parte de um processo desta natureza. O que falhou foi não se ter trabalhado os contratos de autonomia por níveis de desenvolvimento e não ter havido o necessário acompanhamento sistemático e técnico. Outra preocupação prende-se com o aumento da complexidade do sistema, com a prestação de contas públicas, com forma de registo e de reporte à administração, etc. A escola foi sempre minorizada nesse processo, uma vez que nunca houve a preocupação da qualificação dos serviços administrativos e do pessoal, nem de dotar as escolas, nem que fosse externamente, com a capacidade de resposta a estas novas exigências. A necessidade de uma maior prestação de contas exige que a administração seja sensível a este problema e dê maior apoio técnico na área administrativa. Por último, referiu ainda que o estudo que incidiu sobre os contratos de autonomia, representou apenas catorze por cento do universo das escolas, o que não é representativo em termos estatísticos. _____

O conselheiro João Caiado comentou a obrigatoriedade de as escolas terem de prestar contas em plataformas, como no caso do PNPSE, sem que lhes tivesse sido atribuído algum recurso.



Falou ainda da necessidade de dotarem as escolas com mais assistentes operacionais, mais horas geridas pelas escolas e não, como atualmente está a acontecer, com empresas de limpeza, o que acaba por ser um desperdício e não satisfaz as necessidades. _____

De seguida tomou a palavra o conselheiro José António Sousa afirmando que, em relação ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), também a sua escola foi alvo de auditoria pelo Tribunal de Contas e que, na sequência dessa auditoria, teve de fornecer alguns elementos adicionais e, no final, a escola teve de pagar uns milhares de euros. Defendeu que a tutela deveria dotar as escolas com verba para fazer face a estas auditorias. O conselheiro reforçou a necessidade da formação dos assistentes técnicos das escolas. Falou da inexistência de uma bolsa para satisfazer as baixas médicas destes assistentes técnicos e operacionais. Apresentou a este conselho a forma desajustada como as empresas de limpeza atuaram durante este ano letivo na região de Lisboa. Atuaram mais ou menos em cartel, decidindo que os preços que estavam autorizados pelo ME não lhes interessavam, isto significou que tiveram que ser feitos vários ajustes diretos. Ao nível das plataformas da DGAE, pelo facto de só ser possível aceder com a password do Diretor, obriga que o mesmo esteja vigilante 24 horas por dia. Alertou para a promessa do ME de que iria promover, este ano, as publicações atempadas, pois na opinião deste conselheiro seria bom que o despacho de organização do ano letivo (OAL) fosse dado a conhecer atempadamente. Defendeu ainda que seria positivo haver alguma estabilidade na definição da rede de oferta formativa. Também referiu a necessidade de um novo olhar para o parque informático, não só no que diz respeito à questão física, mas também sobre a largura de banda. Exemplificou que poderá ter na escola cerca de 3000 equipamentos com acesso à rede o que significa que a banda rapidamente fica esgotada. Por fim manifestou apreensão alertando para a necessidade de se fazer chegar ao ME a nossa preocupação com a inexistência de professores em vários grupos de recrutamento. É necessário que a tutela tenha uma atenção acrescida ao nível da formação de professores. _____

A conselheira Maria José Ascensão referiu-se às empresas de limpeza e referiu que o processo é de empobrecimento de recursos, ano após ano, uma vez que as empresas, para fazerem face ao aumento das despesas com o pessoal por força do aumento do salário mínimo, reduzem o número de horas de trabalho ou diminuem o pessoal. Mencionou ainda que, ao longo dos últimos anos, já teve que prescindir da empresa de limpeza numa das escolas do agrupamento e, na escola sede, os funcionários estão praticamente reduzidos a metade. No que diz respeito aos assistentes técnicos, o problema relaciona-se com o elevado número de atestados médicos apresentados, devido, sobretudo, ao facto de a média de idades ser extremamente elevada. Em relação aos contratos de autonomia, o agrupamento desta conselheira fez parte do piloto para testar a avaliação dos contratos de autonomia e o que se verificou foi que, apesar de todas as dificuldades, o agrupamento cumpriu todas as medidas e todos os compromissos a que estava vinculado, não se podendo afirmar o mesmo da parte da administração. Em relação aos novos contratos, a conselheira referiu que as escolas têm pouca autonomia porque a administração não aceitou várias das cláusulas que os Diretores apresentaram em sede de negociação dos contratos. Não seu caso, assinou o contrato porque acreditava na implementação das medidas e porque o acréscimo de recursos humanos também seria uma mais-valia para o agrupamento. Por fim, sugeriu que, no futuro, os novos contratos se pudessem ajustar ao nível de desenvolvimento de cada escola. _____

Findas as intervenções, o presidente deu por encerrado este ponto da ordem de trabalhos. ____

Ponto quatro – Assuntos diversos. O Presidente fez uma breve apresentação da sinopse da atividade do conselho das escolas, desde o dia 18/01/2018 (data da posse) até 31/01/2019. ____

A conselheira Celeste Sousa enquanto representante do Conselho das Escolas no IAVE, fez saber que o conselho geral deste órgão, entre novembro e dezembro do ano transato, tratou da eleição do respetivo conselho diretivo. Foram selecionados seis candidatos com currículo adequado para o cargo, cujos nomes foram enviados ao senhor Ministro, que veio a designar três, de entre os quais foi nomeado para presidente do IAVE o anterior presidente do JNE, Dr. Luís Santos. _____



A conselheira Margarida Fonseca, em representação do Conselho das Escolas, participou no dia oito do corrente mês na apresentação da direção do IAVE conjuntamente com várias entidades convidadas. O Sr. Presidente do IAVE apresentou as principais linhas estratégicas de atuação da futura equipa, que são, em primeiro lugar, o alinhamento total com a política governamental; em segundo, a formação de professores no âmbito da avaliação e, em terceiro lugar, o desejo de uma maior apropriação por parte das escolas e dos professores em particular, de todos os documentos que são produzidos pelo IAVE, tais como relatórios de resultados e relatórios de estudos internacionais, como o PISA e outros. Referiu ainda que, relativamente à informação exame da disciplina de Biologia e Geologia, que contemplava determinados itens que não constavam das aprendizagens essenciais e que não tinham sido lecionados aos alunos abrangidos pelo projeto piloto da flexibilização curricular, o IAVE conjuntamente com a DGE, estão a elaborar uma informação para ser enviada às escolas para esclarecer esta e outras questões. _____

O conselheiro Fernando Almeida, como representante do CNE, fez saber que, quer ele quer o conselheiro Carlos Percheiro, integram uma comissão que está a trabalhar sobre as perspetivas do corpo docente para o futuro, nomeadamente a falta de docentes nos próximos anos de forma mais ou menos generalizada em vários grupos disciplinares, bem como a falta de pessoal não docente. Estes dois grupos irão certamente produzir documentação sobre o assunto. _____

Não se registando mais intervenções e após a leitura e aprovação da ata em forma de minuta, o Presidente deu por encerrada a sessão pelas dezassete horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, Fátima Céu Carola Moreira Pinto que a secretariei, e por José Eduardo Lemos, que presidiu. _____

Fátima Céu Carola Moreira Pinto _____

José Eduardo Lemos _____

